

Palops: balanço de 93

Sec 16. 3/1/94

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palops) viveram um ano difícil de transição num contexto de democratização, com Angola esvaindo-se em guerra sangrenta como nunca e Moçambique perspectivando as eleições pluralistas de 1994.

A Guiné-Bissau, que acumulou dívida superior a 620 milhões de dólares, tem um rendimento per capita anual de 175 dólares para o seu milhão de habitantes. Vive perturbações internas que deram, por exemplo, a alegada tentativa de golpe militar de Março deste ano.

Em causa, está a capacidade de o regime de Bissau organizar eleições livres em Março, dados os graves atrasos na sua preparação e o

adiamento do recenseamento.

O presidente Bernardo (Nino) Vieira tem talvez a situação facilitada, pela divisão táctica na oposição — PCD contra bafatas e PRD — quanto à «coabitar» ou não com o PAIGC hoje no poder.

Cabo Verde vive na crise do partido eleito para o Governo em Janeiro de 1991, o Movimento Para a Democracia (MPD), com convenção marcada para meados de Fevereiro de 1994.

O diferendo entre as facções do primeiro-ministro, Carlos Veiga, e do ministro da Justiça e Trabalho, Eurico Monteiro, poderá resultar em cisão nas hostes partidárias, perturbar o equilíbrio do Parlamento e eventualmente a esta-

bilidade do próprio regime.

A par das movimentações políticas, Cabo Verde aprovou o pacote legal de liberalização económica, virado para os investimentos privados. Com PIB per capita de 1.400 dólares, apoiado em remessas de emigrantes, tem dívida fácil de saldar.

S. Tomé e Príncipe tem situação económica difícil, com dívida pelo menos três vezes superior ao seu PIB. Sofre como a maioria dos pequenos monoprodutores de matérias primas da profunda desvalorização das exportações, já reduzidas ao mínimo pós 1975.

A par do debate político interno, S. Tomé tenta projectar-se externamente, com o presidente Miguel Trovoada

a querer mediar a guerra angolana. O PCD-GR no poder fará um congresso no princípio de 1994, para acertar agulhas na controvérsia político-partidária.

Angola sobrevive meio afundada na guerra que desfez o resto das suas estruturas e circuitos de abastecimento, com a inflação que rondava os 60 por cento já em 1991 a passar para quase 2.000.

O País está há meses dominado pelas contradições tentativas de conciliação Governo-Unita. A comunidade internacional tem pendente um pacote de sanções contra a Unita, à espera do cessar-fogo para que não parece haver horizonte real tão cedo.

A situação mereceu do Conselho de Segu-

rança das Nações Unidas uma medida impar, a aplicação de sanções contra o movimento guerrilheiro, por violação dos termos da paz vigiada pela ONU. Angola tornou-se em 1993 um dos conflitos mais mortíferos e desumanos da História, com até meio milhão de vítimas directas e indirectas dos combates.

Moçambique, com atrasos no Acordo Geral de Paz, tenta não repetir o processo angolano — os percalços ameaçam a unidade e a reconciliação nacionais, seja por bandeiras étnicas ou ideológicas.

Os seus principais parceiros reiteram o empenho nas eleições em Outubro de 1994 mas faltam os pilares fundamentais da paz — o Exército Único e a circu-

lação livre de ideias, pessoas e bens.

Os dois maiores Palops sofreram milhões de vítimas da guerra e castástrofes naturais pós-1975. De auto-suficientes ou exportadores de nível mundial, tornaram-se dependentes de ajudas internacionais. A má formação, o desgoverno e as dissidências políticas hipotecaram as novas gerações de liderança desses países.

Os problemas sociais, potenciados pelos revezes da transição, tiveram este ano volume e eco inusitados nesses dois Palops: como o confronto em Maputo pela subida no preço dos transportes e o saque de locais de abastecimento em Luanda, a par de abortados protestos promovidos por gente obscura mas de rara linguagem xenófoba.